

# CENTO E CINQUENTA ANOS DO *MANIFESTO* *COMUNISTA*

René Berthier

O século XIX pulula de textos messiânicos. Nenhum conheceu o sucesso do *Manifesto Comunista*. Sem dúvida porque a obra de Marx contém uma análise crítica da sociedade capitalista na qual gerações de proletários se reconheceram e encontraram a descrição de seus males.

Se o *Manifesto* não tivesse sido senão uma obra profética,<sup>1</sup> ou se só tivesse sido uma crítica objetiva, ele não teria sem dúvida alguma exercido tal atração sobre milhões de homens e mulheres. O que fez decerto o sucesso do texto foi simultaneamente a paixão, a indignação, às vezes, inclusive, o humor que dele emanam, mesclados à fria análise.

No ano da publicação do *Manifesto*, uma revolução sacode a Europa inteira e fornece a

Marx e Engels a oportunidade de confrontar a teoria e a prática. Essa experiência infeliz terminar-se-á por... sua exclusão do primeiro partido comunista da história.

## **A concepção materialista da história: o Estado**

Marx expõe pela primeira vez sua concepção materialista da história na *Ideologia Alemã*, obra escrita em 1846, em colaboração com Engels. Em resumo, a divisão do trabalho provoca o surgimento das classes e determina a necessidade do Estado. Enquanto que, para a teoria liberal, o Estado é o

guardião dos interesses particulares, Marx declara que é “nessa contradição dos interesses particular e comum que o interesse comum assume, como Estado, uma forma independente, distinta dos reais interesses particulares e coletivos e ao mesmo tempo como comunidade ilusória”<sup>2</sup>. O Estado não é a realização da unidade da sociedade mas a expressão dos antagonismos de classe que a dilaceram.

Se o Estado liberal é um organismo a serviço da classe dominante, é fato que todo Estado necessita buscar uma justificação ideológica para sua existência.

O *Manifesto* não contém nenhuma análise séria da noção de Estado; nele encontramos apenas que “o governo moderno não é senão uma delegação que gere os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Em 1848, essa definição é, entretanto, assaz exata, na medida em que os governos liberais da Europa são eleitos por sufrágio censitário, isto é, a partir de um eleitorado determinado pelo nível de sua fortuna.

Todavia, o Estado do *Manifesto* só tem raízes sociais. Marx passa totalmente ao largo do fundamento nacional do Estado, quando, em 1848, uma vaga revolucionária, fundada nas reivindicações nacionais dos povos dominados pelos grandes impérios, varrerá toda a Europa. A questão nacional, que é a questão do momento, não está apenas ausente do *Manifesto*: ela não tem nenhum lugar na medida em que o sistema capitalista, segundo Marx, unificando o planeta, torna esta questão obsoleta.

Marx pensava que a mundialização do modo de produção capitalista iria tornar caducas as distinções nacionais. Foi o contrário que se produziu. O capitalismo não pôde desenvolver-se senão lá onde o Estado foi capaz de

implementar uma política de defesa dos interesses nacionais — protecionismo no interior, expansão colonial no exterior. No lugar em que se constitui um capitalismo planetário fazendo tábula rasa das particularidades nacionais, constituiu-se um sistema de concorrência desenfreada entre capitalismo nacionais concorrentes. É só hoje, cento e cinquenta anos após o *Manifesto*, que a globalização das economias nacionais começa a parecer-se um pouco com o que descreveu Marx.

O leitor da época que tivesse inspirado-se no esquema desenvolvido no *Manifesto*, não teria podido compreender o advento de Luís- Napoleão Bonaparte, que Marx descreve no *18 Brumário* embasando-se num outro esquema descritivo. Com efeito, contrariamente ao que é dito no *Manifesto*, dominação econômica e política nem sempre coincidem. Os acontecimentos de 1851 revelam que a burguesia recusa afirmar-se como classe dominante e exercer o poder político; ela se abriga atrás de um protetor. O Estado bonapartista não é a emanção de uma classe determinada, ele tem apoios em todas as camadas da sociedade, do camponês ao operário socialista. O Estado é o “benfeitor patriarcal de todas as classes”<sup>3</sup>.

Não encontramos no *Manifesto* a idéia segundo a qual o Estado segrega uma enorme máquina burocrática e militar. É só no *18 Brumário* que Marx constatará que o Estado, instrumento da classe dominante, “parece ter se tornado completamente independente” sob Napoleão III. A adequação entre Estado e classe dominante será, pois, mais tarde, relativizada por Marx e Engels. Este último dirá, em *A Origem da Família*, que o Estado é “em regra geral” o Estado da classe dominante. Dirá igualmente que o Estado é um Estado emanado da sociedade mas “que quer colocar-se acima dela e dela se afasta cada vez mais”. Marx acrescentará que os órgãos do poder “puseram,

com o tempo, a força pública a serviço de seus próprios interesses e, de servidores da sociedade, tornaram-se seus senhores”<sup>4</sup>. Esta constatação, cento e cinquenta anos depois da redação do *Manifesto*, merece ser seriamente reconsiderada.

## **A concepção materialista da história: as classes sociais**

**A ideologia.** — O *Manifesto* é apresentado como uma teoria da classe operária fundada sobre o materialismo histórico, mas, em Marx, não encontramos em lugar algum nem definição do que é uma classe, nem definição do que é o materialismo histórico; não encontramos nem mesmo a expressão: “materialismo histórico”.

Um dos pivôs do materialismo histórico, as relações entre “a infra-estrutura” econômica e a “superestrutura” ideológica, é apenas esboçada no *Manifesto*. Marx limita-se a indicar que as mudanças materiais acarretam mudanças ideológicas. A ideologia burguesa é uma máscara por trás da qual “ocultam-se tantos interesses burgueses”. Marx não leva em conta, de um lado, o fato de que a ideologia pode tornar-se, uma vez constituída, uma força material, e, por outro lado, que nem sempre há adequação entre interesses de classe e ideologia. Ele reconhecerá esses fatos alguns anos mais tarde, em *O 18-Brumário de Luís Bonaparte* e em *As Lutas de Classes na França*. Nesses dois textos, sobressai que a luta entre as duas facções da burguesia de então, os orleanistas e os legitimistas, não pode limitar-se a contradições puramente econômicas. A luta entre os dois campos, diz Marx, explica-se pela “superestrutura de impressões, de ilusões”... Conquanto a divisão da sociedade em classes antagonistas permaneça uma das chaves da análise da sociedade, ela surge como um método insuficiente para apreender o real em sua totalidade.

**A classe operária.** — A classe operária é uma categoria em constante mutação. A organização dos proletários em classe, diz Marx no *Manifesto*, “é a todo instante rompida de novo pela concorrência dos operários entre eles. Mas ela renasce cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa”. Nessa época, Marx crê que o maquinismo “apaga cada vez mais as diferenças do trabalho e conduz quase em toda a parte o salário a um nível igualmente baixo”.

A crescente miséria da classe operária, consequência da extensão do maquinismo, não é uma visão do espírito. O operário do *Manifesto* vivia em uma miséria que nenhuma legislação vinha atenuar. Aí se encontra, sem dúvida, uma das chaves do sucesso desse texto, que evoca com indignação as terríveis condições de exploração da classe operária da época. Aí também se encontra um de seus limites. Com efeito, podemos nos perguntar onde o proletário encontrará a capacidade política e a energia para derrubar a sociedade capitalista, se é verdade que “o operário moderno, em vez de elevar-se com o progresso da indústria, desce cada vez mais abaixo das condições da própria classe”. O *Manifesto* responde essa questão por um ato de fé na imanência da justiça na História. É uma visão essencialmente religiosa, na qual o proletariado, após uma longa evolução feita de sofrimentos, tornar-se-á digno de realizar a salvação da humanidade.

Ora, a história mostra que não são nos períodos de crises que se forja a consciência revolucionária, mas nos períodos de crescimento. O primeiro objetivo dos proletários vivendo no limite da miséria é sobreviver. Sabemos agora que a miséria, a incerteza diante da existência, podem desviar uma fração importante da classe operária do socialismo e empurrá-la para o fascismo.

**A burguesia.** — No *Manifesto*, a burguesia não é nem homogênea, nem imutável. Marx distingue, de um lado, o grande capitalismo, o capitão de indústria, e, por outro lado, as “antigas pequenas classes médias, os pequenos industriais, os pequenos comerciantes e os pequenos rentistas, os artesãos e os camponeses”. Estes, diz ele, “abismam-se no proletariado”.

O *Manifesto* descreve de maneira trágica a ruína do artesanato industrial numa época em que a revolução industrial introduz o maquinismo. Essa descrição apocalíptica não corresponde à realidade, pois grande indústria e artesanato coabitaram e estabeleceram relações de interdependência, de divisão do trabalho. O esquema de uma sociedade dividida entre grande indústria socializada e artesanato proletarizado merece ser seriamente reconsiderado. Além do mais, ao lado das classes médias tradicionais, constituíram-se novas classes médias diretamente nascidas da evolução do modo de produção capitalista.

A persistência de camadas médias e, inclusive, sua extensão, constitui um dado essencial da análise crítica do capitalismo de que nenhuma estratégia revolucionária pode esquivar-se atualmente.

## **A concepção materialista da história: a consciência socialista**

Há uma separação muito clara entre Marx e seus sucessores quanto à questão da aquisição da consciência socialista pela classe operária. No *Manifesto*, os comunistas “não estabelecem princípios particulares sobre os quais gostariam de modelar o movimento proletário”; eles têm, precisa o *Manifesto*, “sobre o resto da massa proletária a vantagem de compreender as condições, a marcha e os resultados gerais do movimento proletário”. As concepções dos comunistas “não repousam de

modo algum sobre as idéias, sobre princípios inventados ou descobertos por tal ou qual reformador do mundo. Elas são apenas a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento que se opera sob nossos olhos.”

O *Manifesto* sublinha o papel importante desempenhado pelos teóricos burgueses que aderiram ao socialismo, mas não lhes atribui um papel de dirigente do movimento operário. Eles só exprimem de modo preciso o que já se encontra contido na ação do proletariado.

Não será o caso de Karl Kautski, para quem “a consciência socialista é um elemento importado de fora para a luta de classes do proletariado e não algo que dela surge espontaneamente”; o socialismo emana dos intelectuais burgueses que o comunicam “aos proletários intelectualmente mais desenvolvidos”, idéia que Lênin retomará quase palavra por palavra em *O que fazer?*

## **A concepção materialista da história: a revolução**

Não há, no *Manifesto*, uma teoria coerente da revolução, mas um movimento entre duas concepções, uma catastrofista, a outra evolutiva. Essas duas concepções, presentes no texto de 1848, prefiguram sem dúvida a ruptura que ocorrerá mais tarde no movimento comunista, entre social-democracia reformista e radicalizada.

1. A sociedade capitalista resulta de uma longa evolução histórica consecutiva a uma série de transformações nos meios de produção. a) Classe economicamente dominante sob o Antigo Regime, a burguesia torna-se em seguida a classe politicamente dominante: “A burguesia, desde a criação da

grande indústria e do mercado mundial, conquistou enfim a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno é só uma delegação que gere os negócios comuns de toda a classe burguesa.”

b) As camadas médias proletarizam-se: “Pequenos industriais, negociantes e rentistas, artesãos e camponeses, todo o escalão inferior das classes médias de outrora, caem no proletariado.” A sociedade tende, por consequência, a dividir-se em “duas grandes classes diametralmente opostas uma da outra”.

c) Esse antagonismo entre duas classes não basta para assegurar a vitória do proletariado; é preciso que este último seja “o movimento autônomo da imensa maioria no interesse da imensa maioria”. A emancipação do proletariado coincide com a emancipação de toda a humanidade.

d) Entretanto, a condição incontornável de toda revolução permanece a concentração das forças do proletariado que felizmente a burguesia realiza graças à concentração do capital e dos meios de produção: “O progresso da indústria, do qual a burguesia é o agente passivo e inconsciente, substitui pelo isolamento dos operários pela concorrência sua união revolucionária pela associação”, diz o *Manifesto*.

e) O sistema capitalista cria a miséria para uns ao mesmo tempo que a abundância para outros; a burguesia, diz Marx, “é incapaz de dominar, porque ela é incapaz de assegurar a seu escravo a própria existência no âmbito de sua escravidão, porque é forçada a deixá-lo descer a uma condição em que ela deve nutri-lo em vez de ser nutrida por ele. A sociedade não pode mais viver sem a burguesia; em outros termos, a existência da burguesia não é mais compatível com a sociedade”.



f) Enfim, “as demarcações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais... o dia em que cai o antagonismo das classes no seio da mesma nação, cai igualmente a hostilidade entre as nações”. Num mundo em via de internacionalização, a revolução assumirá um caráter mundial.

Quando essas condições estiverem reunidas, graças às leis da evolução capitalista, o proletariado poderá fazer “explodir toda a superestrutura das camadas que formam a sociedade oficial”. O esquema da revolução deduzido do *Manifesto* apela às leis da história e da economia, independentemente de todo projeto revolucionário. É um determinismo levado ao extremo, e que Bakunin criticará severamente. As ideologias não desempenham nenhum papel no processo revolucionário assim descrito, elas não são senão reflexos do mundo exterior: “É necessário uma grande acuidade para compreender que as opiniões, as noções e as concepções dos homens, numa palavra sua consciência, mudam com toda mudança ocorrida em suas condições de vida, suas relações sociais, sua existência coletiva?”

O *Manifesto* nada diz quanto à atividade consciente de homens, que será, contudo, evocada em outras obras. Por enquanto, Marx admite, no máximo, que no proletariado encontra-se uma categoria, os comunistas, que têm “sobre o resto do proletariado a vantagem de uma inteligência clara das condições da marcha e dos fins gerais do movimento proletário”. E, entre os comunistas, há os intelectuais burgueses que, “por força de trabalho elevaram-se até à inteligência teórica do conjunto do movimento histórico”.

É preciso ressituar as posições de Marx na época para ter sobre elas uma apreciação justa. O capitalismo industrial na França está apenas em seus começos, o proletariado industrial é ali pouco numeroso e disperso. Na Alemanha Marx não esperava nada além de uma revolução burguesa. Só a Inglaterra podia esperar realizar — num futuro indeterminado — as condições de uma revolução. A impaciência revolucionária de Marx é por sinal alimentada pelas crises periódicas de superprodução que ele tomava por crises de agonia, e que eram apenas crises de crescimento do capitalismo.

2. A teoria marxista da história funda-se na idéia de que uma revolução só é possível quando as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção: “As condições feudais da propriedade não correspondiam mais às forças produtivas já desenvolvidas. Elas entravavam a produção em vez de favorecê-la... Foi preciso rompê-las”, diz Marx no *Manifesto*. Essa afirmação é demasiado peremptória para corresponder a uma realidade histórica constatada: as revoluções burguesas ocorreram, tanto na Inglaterra como na França, bem antes da aparição da indústria capitalista e da oposição entre “condições feudais da propriedade” e forças produtivas em expansão; por sinal, na Prússia a indústria capitalista desenvolveu-se embora existissem formas políticas feudais. Quarenta anos após a queda da Bastilha, as relações de produção não são diferentes daquelas do fim do século XVIII, e não são forças produtivas novas que entram em contradição com elas, mas o desenvolvimento de relações comerciais fundadas nas antigas forças produtivas; a única autêntica mutação ocorrida em 1789 foi a transferência da propriedade fundiária para as mãos da burguesia.

A crítica marxista ulterior do capitalismo é fundada numa teoria das crises: as forças de produção crescem demasiado

rápido em relação aos lucros e provocam a paralisação da produção, o desemprego. Quando escreve o *Manifesto*, os conhecimentos de Marx em economia são limitados, essencialmente emprestados de Ricardo para a teoria dos salários e de Sismondi para a teoria das crises.

Uma crise acompanha-se da destruição das forças de produção, de um agravamento da miséria, da agitação operária e do crescimento da luta de classes. Para Marx, a solução à crise é a revolta da classe operária contra as relações de produção. Crise e revolução identificam-se uma à outra. Os comunistas devem vigiar os ciclos econômicos conduzindo a crises e preparar a classe operária para transformar as revoltas em revolução política. O movimento da história identifica-se com o movimento das crises econômicas.

### **A concepção materialista da história: o programa**

Se a teoria da revolução esboçada de início no *Manifesto* parece retirar da intervenção humana toda validade, a parte programática do texto, no capítulo II, restitui à classe operária — implicitamente ao menos — uma certa capacidade de iniciativa admitindo que não é necessário que o capitalismo chegue ao fim de sua evolução para iniciar uma transformação socialista da economia.

É necessário, para isso, que a classe operária utilize as armas que a burguesia põe à sua disposição para impor um programa socialista.

O *Manifesto* é antes de tudo um texto destinado aos alemães, aos militantes da Liga dos comunistas emigrados a Londres. É preciso, pois, que a política preconizada aplique-se não apenas à metrópole capitalista do momento, a Inglaterra, mas também à Alemanha. Na luta contra o absolutismo, os revolucionários

alemães esperavam pouca coisa da burguesia alemã, mas a dialética da história quer que uma revolução burguesa seja uma etapa incontornável. É por isso que o *Manifesto* precisa que “a revolução burguesa alemã só pode ser o prólogo imediato da revolução proletária”. Essa declaração está em contradição com a tese marxista das formas sucessivas de evolução do capitalismo: a possibilidade de uma revolução proletária é encarada na Alemanha quando o capitalismo e a classe operária mal são ali desenvolvidos.

Esse debate não é inocente, pois o reencontraremos no momento da revolução russa: é possível uma revolução proletária num país onde praticamente não há classe operária? Os bolcheviques apoiar-se-ão sobre as teses de Marx e Engels sobre a Alemanha, e desenvolverão as mesmas teses que Engels: proceder-se-á por etapas sucessivas graças ao voluntarismo político. “A revolução proletária só poderá, por consequência, transformar pouco a pouco a sociedade atual e não poderá suprimir por completo a propriedade privada senão quando se tiver criado a quantidade necessária de meios de produção.” Não é Lênin quem fala, mas Engels, em *O Catecismo Comunista*.

O *Manifesto* nada diz quanto à forma política do regime instaurado após a tomada do poder, também não diz nada quanto à forma da organização da classe operária. Se nos referirmos aos dois primeiros pontos do programa da Liga dos comunistas na Alemanha, datando de março de 1848, temos motivo para pensar que se tratará de uma república centralizada do tipo jacobino, fundada no sufrágio universal, que — Marx e Engels sempre estiveram convictos disso — asseguraria a dominação política do proletariado. Este era um dos principais pontos de desacordo entre Bakunin e Marx.

O governo realizará seu programa graças a “conquistas despóticas quanto ao direito de propriedade e às condições burguesas de produção”. Esse programa, manifestamente inspirado pelo socialismo de Estado de Louis Blanc e o de Pecqueur, alia medidas concretas a aspirações perfeitamente utópicas e vagas, tais como o desaparecimento progressivo da “oposição entre a cidade e o campo”. De fato, o projeto que está contido nesse programa é uma sociedade mista aparentando-se a todos os programas socialistas reformistas do século XX.

Os fundadores do socialismo dito científico não levarão muito tempo para renegar seu programa — menos de um ano — não porque ele não fosse bastante radical, mas porque o era em demasia!

A crítica anarquista do marxismo começa com aquela do *Manifesto* efetuada por Bakunin. O revolucionário russo acusava Marx de se ter inspirado no socialismo de Estado de Louis Blanc, o que deixava Marx furioso. Bakunin tinha em particular denunciado a ilusão que o sufrágio universal podia ser um meio de realização do socialismo. O detalhe da crítica dessa ilusão é complexo, mas reduzido ao essencial podemos dizer, por um lado, que o fato de que o proletariado seja majoritário, não é determinante para Bakunin, e, por outro lado, que uma estratégia eleitoral implica alianças com a burguesia radical ou assim considerada, o que significa a inevitável edulcoração do programa operário. Toda a crítica bakuniniana de Marx repousará sobre a seguinte constatação:

“O absurdo do sistema marxista consiste precisamente na esperança de que, reduzindo o programa socialista além da medida, para fazer com que seja aceito pelos burgueses radicais, ele transformará estes últimos em servidores

inconscientes e involuntários da revolução social. Eis aí um grande erro pois todas as experiências da história demonstram-nos que uma aliança concluída entre dois partidos diferentes sempre pende em proveito do partido mais retrógrado; essa aliança enfraquece necessariamente o partido mais avançado, debilitando, falseando seu programa, destruindo sua força moral, sua confiança em si mesmo; enquanto que, quando um partido retrógrado mente, ele se encontra sempre e mais que nunca em sua verdade.” (III, 166).

O *Manifesto* não diz precisamente nada quanto ao modo como a república socialista assegurará a vantagem do proletariado sobre seus aliados pequeno-burgueses.

### **1848: o sacrifício do partido**

A revolução alemã de 1848 constitui literalmente um teste que permite verificar o quadro conceitual elaborado por Marx. Ora, desde o princípio da revolução de 1848, Marx e Engels tentarão frear o desenvolvimento de um movimento operário autônomo, inclusive minimizando sua importância relativa. Reivindicações operárias demasiado radicais poderiam assustar a burguesia liberal. Os acontecimentos, com efeito, só podem dobrarse à matriz inicial de todas as revoluções, ao esquema segundo o qual a primeira tarefa do proletariado é trabalhar pela constituição de um Estado nacional liberado do absolutismo. Na medida em que a ascensão ao poder da burguesia é uma condição inevitável da revolução social ulterior, a luta ao lado da burguesia liberal por uma Constituição, pelas liberdades democráticas, torna-se uma prioridade, uma tarefa à qual o proletariado deve associar-se, não condicionalmente, mas abandonando suas próprias reivindicações, seu próprio programa.

Marx e Engels eram membros da Liga dos comunistas, fundada em 1847, uma pequena organização que se pode considerar como o primeiro embrião de partido comunista. O programa da Liga, em dezessete pontos, diretamente inspirado no *Manifesto*, era julgado demasiado radical. Assim, Engels, que tentava coletar fundos, escreve a seu amigo: “Se um único exemplar de nosso programa de dezessete pontos fosse aqui divulgado, tudo estaria perdido para nós.”<sup>5</sup> Engels teme uma atividade independente dos operários do setor têxtil: “Os operários começam a agitar-se um pouco”, escreve a Marx, “ainda é completamente informe, mas a massa está presente. Mas é precisamente o que nos incomoda.” (Correspondance, t. I, pp. 540 e 543).

Em maio de 1848 realiza-se em Colônia uma reunião da qual participam quatro membros do comitê central da Liga, entre os quais Marx e Engels, e cinco membros da comuna de Colônia da organização. Minoritário, Marx se serve, contudo, de plenos poderes que lhe tinham sido concedidos e dissolve a Liga. Ele se oporá à sua reconstituição em fevereiro de 1849. Adere à Associação democrática de Colônia, uma organização composta de liberais burgueses, e assume a direção da *Neue Rheinische Zeitung*, financiada por liberais. Liquidando o programa e a organização proletária, ele vai desde logo tentar despertar a consciência de classe... da burguesia; vai tentar convencer esta última a fazer seu 1789.

A idéia de agir na ala esquerda do partido democrata, parece retrospectivamente estupefacente. Fernando Claudin escreve que não se conhece “qualquer documento digno de fé no qual Marx ou Engels explique essa escolha”<sup>6</sup>. Marx teria dissolvido autoritariamente a organização porque, segundo um dos membros da Liga, citado por Claudin, ele considerava que “a existência da Liga não era mais necessária porquanto se tratava

de uma organização de propaganda e não de uma organização para conspirar, e que, nas novas condições de liberdade de imprensa e de propaganda, esta podia ser feita abertamente, sem passar por uma organização secreta”.<sup>7</sup>

Assim, Marx e Engels não encaravam, para a organização, outra alternativa senão ser uma “sociedade secreta” ou uma organização de propaganda. A noção de partido como organizador do movimento operário parece ausente de suas concepções na época. Num regime onde existe a liberdade de imprensa e de propaganda, não há necessidade de partido comunista: eis a idéia do partido defendida por Marx em 1848! Compreende-se melhor, desde logo, que o mínimo reagrupamento, por pouco coerente de militantes ativos que seja — como fará Bakunin mais tarde — seja interpretado por Marx como uma “sociedade secreta”.

A atitude de Marx e Engels é tanto menos desculpável porque eles tinham todos os elementos para não se fazerem ilusões quanto à burguesia alemã daquela época: “Mesmo os burgueses radicais de Colônia”, escreve Engels a Marx, “vêm em nós seus futuros inimigos mortais e não querem nos dar armas que voltaríamos muito rapidamente contra eles”! (op. cit.)

Bakunin reconhece que, na Alemanha, “a questão social mal começava a penetrar pelos canais ocultos na consciência do proletariado”, e que ela “ainda não podia separar o proletariado alemão dos democratas aos quais os operários estavam prontos a seguir docilmente sem discutir, desde que os democratas quisessem conduzi-los ao combate” (IV, 322). Bakunin não negligencia, portanto, a hipótese da falta de maturidade do proletariado alemão. Tratava-se, em suma, menos de uma divergência de análise entre Marx-Engels e Bakunin que de



uma oposição quanto à política a ser conduzida. Foram sem dúvida as lições de 1848 que conduziram Bakunin do período anarquista a considerar: 1o que a aliança do proletariado com os burgueses radicais conduz inevitavelmente os trabalhadores a se alinhar segundo o programa da burguesia; 2o que a experiência da luta é o melhor acelerador da consciência operária.

O estabelecimento das liberdades democráticas, e em particular do sufrágio universal, deveria ser o prelúdio bem como a condição da hegemonia da classe operária, assegurada pelo que o *Manifesto* denomina “conquistas despóticas” sobre os privilégios da burguesia.

Engels, bem mais tarde, declarou que a Liga dos comunistas em 1848 era “demasiado fraca como alavanca” e que, “no próprio instante em que cessavam as causas que haviam tornado necessária a Liga secreta, esta cessava de ter uma significação como tal”.<sup>8</sup>

Ele considerava, além do mais, que o proletariado era “incapaz de organizar-se a si mesmo”, só sentindo confusamente “a oposição profunda entre seus interesses e aqueles da burguesia”. Inconsciente de seu papel histórico, ele era “obrigado a desempenhar, por enquanto, em sua grande maioria, as funções da ala extrema esquerda da burguesia”.<sup>9</sup>

Essa opinião, manifestada em 1885, assemelha-se em demasia com uma justificação a posteriori para ser realmente levada em consideração. Isso, por sinal não impede Engels de dizer em 1893, em relação à revolução de 1848, que “em todos os lugares essa revolução tinha sido a obra da classe operária”,<sup>10</sup> o que contradiz totalmente o que ele havia declarado alguns anos antes.

O sacrifício do partido e do programa operários a uma aliança com os liberais burgueses corresponde a uma análise precisa das etapas necessárias da evolução histórica, do progresso em história. Bakunin estava perfeitamente consciente das razões que motivavam Marx, e é sem dúvida pensando na atitude deste último, em 1848, que ele proclamou mais tarde sua recusa para aderir à teoria da evolução das fases sucessivas dos modos de produção, não porque estivesse errada, mas porque só tinha um valor relativo e levava na prática a posições inaceitáveis. Lembremos que é em oposição a essa teoria que os bolcheviques engajaram-se na revolução russa.

Em 1850, Bakunin insiste no fato de que existia, na Alemanha, um grande número de fábricas e operários de indústria, “que o destino impõe a serem recrutas da propaganda democrática”. O proletariado das cidades constituía o elemento revolucionário mais sério — diz ele ainda em 1874 —, ele provou “em 1848 em Berlim, em Viena, em Frankfurt, e em 1849 em Dresden, no reinado de Hanôver e no grão-ducado de Baden, que ele é capaz de revoltar-se de verdade e que está pronto a fazê-lo tão logo se sinta, por pouco que seja, dirigido de maneira inteligente e honesta” (IV, 320).

Bakunin lamenta que a vontade “claramente expressada de revolução ou de transformação social” fizesse falta, e que o proletariado estivesse sob a influência direta dos radicais burgueses, do que ele chama a “extrema democracia”, esta mesma que Marx queria conduzir à consciência revolucionária. Eis aí uma crítica aberta da estratégia pregada por Marx naquela época.

A opinião de Bakunin quanto ao proletariado alemão como elemento revolucionário potencial parece confirmada pelos

fatos. Existiu, com efeito, uma agitação revolucionária importante, que Engels, por sinal, confirma quando escreve com relação aos operários do têxtil: a massa está presente, é justamente o que nos incomoda.

Dois membros da Liga tinham fundado em Colônia uma Associação operária que organizou até 10% da população, e que tencionava aplicar ao pé da letra a recomendação do *Manifesto* de não negligenciar “em nenhum momento fazer eclodir entre os operários uma consciência tão clara quanto possível da oposição hostil que existe entre o proletariado e a burguesia”, e de “recusar dissimular suas idéias e seus projetos”.

A primeira reunião da Associação operária, em 13 de abril de 1848, reuniu 300 operários e artesãos. Em 24, estão presentes 3.000. Fim de junho, há 8.000<sup>11</sup>. É um florescimento de associações operárias abrangendo centenas de milhares de membros. São tomadas iniciativas para tentar unificá-las no plano nacional. Decerto, faltava tragicamente uma instância capaz de unificar essas iniciativas, de ser seu porta-voz.

De abril a maio, diz Claudin, “as cartas dos membros do comitê central da Liga e de outros militantes refletem o forte crescimento do jovem movimento operário mas também a fraqueza, ou mesmo a inexistência, da Liga dos comunistas”.

Contrariamente ao que diz Engels, não era tanto o proletariado que “era inconsciente de suas tarefas históricas” senão a direção da Liga — isto é, Marx e Engels, precisamente. Stefan Born escreveu a Marx que ele se encontrava à frente de uma “espécie de Parlamento operário formado por representantes de inúmeras corporações e fábricas” — o que se assemelha furiosamente a um conselho operário — e se queixa da falta de

organização da Liga, cujos militantes de base não estavam todos, sem dúvida, dispersos. Poder-se-ia também aproveitar o momento ascendente do proletariado para reforçar suas posições.

## **Marx excluído do primeiro partido comunista da história**

Os comunistas alemães, por sinal, pedirão contas a Marx e Engels após os acontecimentos. Num texto datando de 1850, conhecido sob o nome de Mensagem do comitê central à Liga dos comunistas — um monumento de hipocrisia e jesuitismo. Em momento algum Marx reconhece pessoalmente seus erros, mas, ao mesmo tempo, faz disso uma crítica muito virulenta. Ele se designa, ele e Engels, na terceira pessoa. Não diz “eu” ou “nós”, mas “os pequeno-burgueses”, “os democratas burgueses” etc.

Marx ataca os “pequenos burgueses que eram dirigentes das associações democráticas” e “redatores dos jornais democráticos” durante a revolução; conclama os trabalhadores para recusar “servir de claque aos democratas burgueses” e proclama a necessidade da

“organização autônoma do partido do proletariado”. Encontra-se igualmente um ataque contra aqueles que “acreditaram que o tempo das sociedades secretas tinha passado e que a ação pública sozinha podia bastar”, quer dizer, contra as próprias posições que Marx e Engels haviam defendido. Assim também, as afirmações sobre o restabelecimento da “independência dos operários” adquirem um sentido um pouco irônico quando se pensa no temor de Engels diante da eventualidade da difusão do programa da Liga, julgado demasiado radical.

O método empregado explica por que a autocrítica passou despercebida. Também explica por que os autores que negam que Marx tenha dissolvido a Liga — coisa inaceitável! — possam justificar-se dizendo que se Marx tivesse feito tal coisa, seria admitir que ele o teria ocultado toda a sua vida. É evidente que ele não iria vangloriar-se disso; mas falou desse assunto, precisamente, na Mensagem do comitê central à Liga dos comunistas, sem nomear-se, evidentemente...

Esse episódio da vida de Marx é interessante pelo tratamento ideológico feito mais tarde pela ortodoxia comunista. Com efeito, saber que Marx dissolveu o primeiro partido comunista da história em plena revolução causa má impressão... Também as coisas nunca são apresentadas de modo tão trivial. Os historiadores soviéticos sustentaram que Marx dissolveu o comitê central da Liga, mas não a própria Liga. E. Kandel, o principal historiador da Liga, recorre a um subterfúgio duvidoso: “A Liga dos comunistas continuou a funcionar sob a forma de associações operárias abertas, ela continuou a existir enquanto tendência ideológico-política.” (Citado por Claudin, p. 134). Étienne Balibar faz ainda melhor: ele chega inclusive a atribuir a Marx a paternidade da Associação de Colônia!

Vencida a revolução, a repressão grassa na Alemanha. A Liga dos comunistas reconstituiu-se no exílio de Londres, com Marx e Engels, mas dissensões a dividem. Uma tendência, com Marx, estima, a partir de uma análise da conjuntura econômica, que uma nova revolução não é concebível no imediato, o que é interpretado pela outra tendência como uma renúncia à revolução.

Os historiadores oficiais do marxismo passam em silêncio no que concerne ao fato de que Marx e Engels foram excluídos do primeiro partido comunista da história — a Liga dos

comunistas — pelos membros da seção londrina à qual eles eram afiliados.

Essa exclusão, quando falam dela, é apresentada — com alguma razão — como o fato de uma tendência “esquerdista” que crê poder fazer a revolução a qualquer momento, mas os motivos da exclusão vão mais longe do que isso. Os motivos invocados estão diretamente ligados às posições que os excluídos tinham defendido durante a revolução:

1. Porque é preciso “restabelecer uma sólida organização da Liga, a fim de que não se contente em criar uma oposição e editar gazetas”: alusão evidente a sua atividade na liberal *Nova Gazeta Renana* (Neue Rheinische Zeitung);
2. “Porque Marx e Engels selecionarm um grupo de semiliteratos para deles fazer seus partidários pessoais e delirar em relação a seu futuro poder político”;
3. “Porque essa camarilha literária não pode ser útil à Liga e torna toda organização impossível”, e porque Marx e Engels utilizam a Liga para seus fins pessoais, ignorando-a totalmente quando ela não lhes é útil — clara alusão à dissolução autoritária da Liga com o objetivo de trocar seu título de membros de comitê central por aquele de redatores da *Nova Gazeta Renana* <sup>12</sup>.

Encontramos aí uma prefiguração dos debates que ocorrerão vinte anos mais tarde na A.I.T., com a diferença de que Marx não será excluído, ao contrário, ele é quem excluirá da Internacional a quase totalidade do movimento operário mundial...

### **Isolamento, presunção e desprezo**

Os historiadores oficiais do marxismo são zelosos para evitar que Marx e Engels, por sua atividade durante a revolução de

1848, não passem à posteridade como os liquidadores do partido operário do qual o *Manifesto* é a certidão de nascimento.

A explicação do fracasso da revolução pela traição de alguns não é certamente satisfatória. Entretanto, os erros políticos da direção de uma organização revolucionária não são sem incidências práticas: a dissolução pura e simples de uma organização revolucionária por seus dirigentes, no início de uma revolução, constitui, devemos reconhecê-lo, um handicap maior para o movimento...

Marx e Engels passam os próximos anos que se seguem ao fracasso da revolução de 1848/1849 num isolamento orgulhoso, simulando satisfazer-se com esse isolamento que lhes concede, enfim, tranqüilidade para consagrarse a seus trabalhos teóricos:

“Enfim temos de novo a ocasião, pela primeira vez desde muito tempo, de mostrar que não precisamos de popularidade ou apoio de qualquer partido de qualquer país que seja, nossas posições não tendo absolutamente nada a ver com essas considerações degradantes. Doravante, não somos mais responsáveis senão em relação a nós mesmos, e quando chegar o momento em que esses senhores precisarem de nós, então estaremos em condições de ditar nossas condições. Pelo menos até lá estaremos tranqüilos”<sup>13</sup>.

A essas declarações vêm somar-se o desprezo por todos aqueles que não “compreenderam a primeira palavra” de sua doutrina, e pelo partido, constituído por um “bando de asnos”. Engels rejubila-se por não ser mais a expressão desse “bando tacanho ao qual nos associaram todos estes últimos anos”<sup>14</sup>. Engels rejubila-se ainda por se ter liberado da “canalha dos refugiados londrinos” e poder enfim “trabalhar de novo sem ser

incomodado”, poder utilizar “a calma que se instaurou desde 1850 para recolocar-nos a trabalhar firme.”

Nosso intento não é evidentemente imputar a Marx e a Engels o peso do fracasso da revolução de 1848, mas ressaltar a surpreendente unidade de seu comportamento: em duas ocasiões durante as quais a ascensão da luta de classes resulta numa contestação armada da ordem estabelecida — 1848 e a Comuna de Paris — eles se mostraram no início opostos a uma ação popular autônoma, preconizaram a aliança com a burguesia; eles não abandonaram as posições de aliança senão quando já era demasiado tarde; e, enfim, no período de refluxo que, nos dois casos, se seguiu, eles se encontraram totalmente isolados do movimento operário.

O texto “Cento e cinquenta anos do *Manifesto Comunista*” foi extraído da revista francesa *Les Temps Maudits*, no 4, 1999, Paris, editada pela CNT francesa.



## Notas:

1. O Manifesto não caiu pronto do céu, ele se inspira em textos socialistas de sua época, notadamente do Manifesto dos Iguais, do Manifesto dos Justos, de Weitling, do Manifesto da Democracia, de Victor Considérant etc. Conferir Charles Andler, *Comentários ao Manifesto Comunista*.
2. *A Ideologia Alemã*.
3. *O 18 Brumário*.
4. *A Guerra Civil na França*.
5. Trata-se de “Revendications du parti communiste en Allemagne”, panfleto redigido por Marx e Engels, impresso em Paris em 30 de março de 1848.
6. Conferir *Marx, Engels et la révolution de 1848*, Maspéro, p. 132.
7. Claudin, *Marx, Engels et la révolution de 1848*, Maspéro, p. 133.
8. Engels, *Quelques mots sur l’histoire de la Ligue*, 1885, *Oeuvres complètes*, III, pp. 191-192.
9. Conferir Engels, Marx et la *Neue Rheinische Zeitung*, *Oeuvres complètes*, III, pp. 171-172.
10. Engels, prefácio à edição italiana do *Manifesto*, in Karl Marx, *Oeuvres complètes*, la Pléiade, tomo I, p. 1491.
11. Conferir Claudin, op. cit., p. 132.
12. Conferir Claudin, op. cit., p. 313.
13. Carta de Engels a Marx, 13 de fevereiro de 1851.
14. Marx, Engels, in *Le Parti de classe*, recueil de textes, Maspéro, t. II.

|   |    |
|---|----|
| A concepção materialista da história: o Estado .....                | 1  |
| A concepção materialista da história: as classes sociais ...        | 4  |
| A concepção materialista da história: a consciência socialista..... | 6  |
| A concepção materialista da história: a revolução.....              | 7  |
| A concepção materialista da história: o programa .....              | 11 |
| 1848: o sacrifício do partido .....                                 | 14 |
| Marx excluído do primeiro partido comunista da história .....       | 20 |
| Isolamento, presunção e desprezo.....                               | 22 |